

Revista do CRC RJ



A Tribuna do Contabilista

Conselho Regional de Contabilidade do Estado do Rio de Janeiro • ano I • nº 3 • setembro / outubro 2009 • Distribuição gratuita



**54ª Convenção dos Contabilistas
do Estado do Rio de Janeiro**

Profissionais debatem os novos rumos da contabilidade

págs. 15 a 18

Mais de 600 pessoas participaram do evento, que reuniu personalidades do mundo contábil de 1º a 3 de outubro no Hotel Alpina, em Teresópolis

Empresa Cidadã

Sétima edição do Certificado Empresa Cidadã bate recorde de organizações participantes

págs. 6 e 7

Registro

Confira as dicas do Conselho sobre o registro de empresas contábeis

pág. 12

Entrevista

Vinicius Costa Viana fala sobre os desafios do controle interno

págs. 20 e 21

Editorial	3
Ouidoria	4
Atualidades	5
Certificado Empresa Cidadã	6
Interior	8
Opinião	9
Registro	12
Perfil e Convênio	13
54ª Concerj	15
Fiscalização	19
Entrevista	20
Desenvolvimento Profissional	23
Artigo	24
Setor público	25
Entidades Congraçadas	28
Boletim Informativo	29



Presidente: Antonio Miguel Fernandes
Vice-Presidente: Carlos de La Rocque
VP de Pesquisa e Desenvolvimento Profissional: Diva Maria de Oliveira Gesualdi
VP de Administração: Regina Célia Vieira Ferreira
VP de Finanças: João Figueira
VP de Fiscalização: Carlos Alberto do Nascimento
VP de Registro: Adriano Luiz Medina
VP de Interior: Claudio Vieira Santos
Pres. Câmara de Controle Interno: Ana Cláudia Lima Corrêa
Ouidoria: Vicente de Paulo Muniz

Câmara de Pesquisa e Desenvolvimento Profissional

Presidente: Diva Maria de Oliveira Gesualdi
Integrantes: Aroldo José Planz, Josir Simeone Gomes e Waldir Jorge Ladeira dos Santos

Câmara de Controle Interno

Presidente: Ana Cláudia Lima Corrêa
Integrantes: João Bosco Lopes, Mauro Moreira e Waldir Jorge Ladeira dos Santos

Câmara de Registro

Presidente: Adriano Luiz Medina
Integrantes: Ester Pildervasser, Irany Onofre Rodrigues, Lillian Lima Alves e Neide Peres Ferreira

Câmara de Fiscalização / Câmara de Ética e Disciplina

Presidente: Carlos Alberto do Nascimento
Integrantes: Aroldo José Planz, Ester Pildervasser, Gil Marques Mendes, João Bosco Lopes, Jorge Leite Falcão, Jorge Ribeiro dos Passos Rosa, Maria Alipia Maia de Almeida, Josir Simeone Gomes, Rosimeri Moreira de Andrade e Vicente de Paulo Muniz

Conselho Editorial

Coordenador: Antonio Miguel Fernandes
Integrantes: Ana Cláudia Lima Corrêa, Carlos de La Rocque, Diva Maria de Oliveira Gesualdi, João Figueira, Neide Peres Ferreira e Vicente de Paulo Muniz

Conselheiros Efetivos

Contadores: Ana Cláudia Lima Corrêa, Antonio Miguel Fernandes, Aroldo José Planz, Carlos Alberto do Nascimento, Carlos de La Rocque, Claudio Vieira Santos, Diva Maria de Oliveira Gesualdi, Gil Marques Mendes, João Bosco Lopes, Jorge Ribeiro dos Passos Rosa, Josir Simeone Gomes, Lillian Lima Alves, Mauro Moreira, Regina Célia Vieira Ferreira, Vicente de Paulo Muniz e Waldir Jorge Ladeira dos Santos
Técnicos em Contabilidade: Adriano Luiz Medina, Ester Pildervasser, Irany Onofre Rodrigues, João Figueira, Jorge Leite Falcão, Maria Alipia Maia de Almeida, Neide Peres Ferreira, Rosimeri Moreira de Andrade

Conselheiros Suplentes

Contadores: Carlos Magno Caetano, Celso Barbosa de Lima, Flavio da Silva Poggian, João Antonio da Silva Cardoso, José Carlos Oliveira de Carvalho, José Ribamar do Amaral Cypriano, Josuel Batista Ferreira, Lygia Maria Vieira Sampaio, Márcia Tavares Sobral de Souza, Sérgio Gonçalves da Costa, Tânia Mara Barros Peralta e Vitória Maria da Silva
Técnicos em Contabilidade: Damaris Amaral da Silva, Fernando Antonio Viana Mendes, José da Silva Puglia, Marlucci Azevedo, Rodrigues Henriques, Valéria Maria da Silva e Valmir Moreira Quito.

Coordenação Fernanda Ribeiro e Daniel Garrido

Produção Editorial Cajá – Agência de Comunicação

Jornalista responsável Alessandra Vale (Mtb 21.215) • **Reportagem** Danielle Ribeiro e Gabriel Schmidt • **Fotografia** Reynaldo Dias; Stock.xchng: Flávio Takemoto, Jade Colley e Stewe Woods (pág. 2); Lavinia Marin (pág. 3); Nikita Golovanov (pág. 5); Typofi (pág. 25); e Yurok/Stock.xpert (pág. 16) • **Diagramação** Paulo Carvalho • www.caja.com.br
 Impressão: Graphic Express

Periodicidade bimestral. Entrega dirigida.

Tiragem: 39.000 exemplares por edição

Rua Primeiro de Março, nº 33 – Centro – Rio de Janeiro – RJ – CEP: 20.010-000

Tel.: (21) 2216-9595 – Fax: 2216-9505

jornal@crcrj.org.br | www.crc.org.br

Os artigos e matérias assinadas são de responsabilidade de seus autores. O CRCRJ não se responsabiliza pelos serviços e produtos oferecidos pelos anunciantes.

Agenda atribulada do contador

Sr. Presidente,

Vimos por meio desta congratular-nos com vossa senhoria pelos avanços conseguidos por nossa classe nos últimos anos, e também solicitar aos senhores uma intensificação da luta contra o aperto de prazos impostos pelos governos para entrega de documentos eletrônicos. Vivemos tempos em que a classe está sendo pautada diretamente pelos governos, sejam eles federal, estadual ou municipal, atrapalhando diretamente o desenvolvimento da Contabilidade como instrumento de gestão empresarial. O advento da Lei 11.638/07 foi uma conquista de nossa classe no sentido de voltarmos a valorizar a profissão do contador. Mas, como sermos contabilistas atuantes naquilo em que a profissão lhe é mais vital, que são a escrituração dos Livros Diário e Razão, e a consequente emissão de balanços e demais peças contábeis se estamos sendo pautados diretamente pelos governos, com prazos de entrega de declarações eletrônicas apertados? (...)

Nosso cliente não quer saber se perdemos prazos ou se informamos errado em virtude desse aperto na agenda. Ele paga e quer o serviço realizado nos prazos e com perfeição. Então resta a nós clamarmos os nossos órgãos de classe para interferir junto aos governos para termos uma agenda racional e de fato passível de ser cumprida em tempo hábil.

Um exemplo positivo no meio desta confusão toda é o planejamento do Imposto de Renda da Pessoa Física. Todos sabem que em março e abril de todos os anos têm que apresentar a declaração. Não há mudanças. Isto nos dá tempo para planejar as atividades. (...) A automação e geração de arquivos eletrônicos é um caminho sem volta, porém, precisamos de prazos maiores para analisarmos tudo antes de transmitir. Obrigado por tudo que tem feito por nossa classe.

José Luis Dias Gonçalves, Rafael Mauricio Antunes e Elisângela Carvalho Xavier
(Gazu Contabilidade)



“A administração continua a pleno vapor, trabalhando incansavelmente para atingir as metas traçadas”

*Antonio Miguel Fernandes

Período de conquistas

Prezados (as) colegas,

Neste número, o penúltimo que lhes falo como presidente do nosso CRC, elegi quatro assuntos que considero importantes destacar no período correspondente a esta edição da *Revista do CRCRJ*.

Começo com a outorga do Certificado Empresa Cidadã, no dia 22 de setembro, evento cujo sucesso cresce a cada edição. Nesta última, foram certificadas 48 das 61 empresas que se candidataram à certificação, assim como os contabilistas das mesmas, que encaminharam seus balanços e relatórios sociais para análise da comissão específica. Após a entrega dos certificados, três profissionais de contabilidade certificados foram sorteados com uma viagem a Natal (RN), no mês de outubro, e, importante: sem ônus para o Conselho.

Foi realizada a 54ª Convenção dos Contabilistas do Estado do Rio de Janeiro, em Teresópolis, nos dias 1º, 2 e 3 de outubro, sucesso absoluto. Os convencionais participaram da discussão de diversos assuntos dentro do tema “Século XXI – A busca pela harmonização contábil no Brasil”, apresentados por palestrantes do mais alto nível.

Veio o Show do Contabilista, realizado no Citibank Hall, no dia 22 de outubro, outra marca de sucesso do nosso CRC, evento destinado ao lazer da família contábil fluminense, que assistiu ao show da cantora Martinália, com participação especial da bateria da escola de samba Vila Isabel. Os ingressos não foram cobrados, mas adquiridos mediante doação de alimentos destinados a entidades beneficentes.

Por último, tivemos as eleições para renovação de 2/3 do Plenário do nosso CRC. Este ano foi permitido aos CRCs realizarem as eleições pela internet, e para aqueles com apenas uma chapa inscrita para concorrer o período de votação começou no dia 29 de outubro, estendendo-se até o dia 12 de novembro.

Não disponho ainda da quantidade de votantes, mas a única chapa inscrita será eleita, cuja responsável é a conselheira Diva Maria de Oliveira Gesualdi, nossa atual vice-presidente de Pesquisa e Desenvolvimento Profissional, que, por consenso do grupo, e por merecimento, será eleita presidente do nosso CRC, tornando-se, assim, a primeira mulher a presidir o nosso Conselho.

Como visto, embora em final de mandato, a administração continua a pleno vapor, trabalhando incansavelmente para atingir todas as metas traçadas em 2006, quando do início da minha gestão.

Nada disso, contudo, seria alcançado se não fosse o apoio recebido de cada um de vocês, pelo que registro meus agradecimentos.

*Antonio Miguel Fernandes • presidente do CRCRJ

Sua participação é muito importante.
Envie suas sugestões e críticas para
jornal@crcrj.org.br

Apóstolo São Mateus, patrono dos contabilistas “Cabeça de homem, coração de menino”

São Mateus foi um dos 12 Apóstolos de Jesus, também conhecido como Levi, escreveu em 60 / 65 d.c. 28 versículos e estabeleceu uma relação entre Antigo e Novo Testamento pela ênfase das profecias messiânicas. Seu versículo chave 5.17 – “Não cuideis que vim destruir a Lei ou os Profetas. Não vim ab-rogar, mas cumprir.”

Antes de se tornar um seguidor de Jesus, exercia a função de coletor de impostos, considerada desprezível, e sendo sua ferramenta de trabalho “a pena” e considerado observador perpiscas, Jesus fez de Mateus um guardião dos registros, o que lhe deu grande alegria, livrando-se da desprezível função. cremos que daí surgiu à devoção de patrono dos contabilistas.

Para nós, contabilistas, São Mateus deixou uma significativa mensagem em seu Versículo 5.17 acima. Quando temos que enfrentar uma excessiva, desnecessária e absurda burocratização, criando obrigações acessórias inócuas, inúteis e sem finalidade prática, quando temos que lutar contra uma excessiva carga tributária; temos que cumprir, sem deixar de lutar para corrigir.

Quando se gasta muito e se gasta mal, as prioridades com a educação e a saúde são prejudicadas, resultando como consequência que o Brasil em 2007 só tinha 10%

das pessoas com curso superior na faixa de 25 a 64 anos, conforme levantamento feito entre 36 nações, inclusive a Rússia, pela OCDE – Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico.

Nossa Profissão ocupa a terceira posição no ranking das mais procuradas no país. A contabilidade configura como uma das atividades com total empregabilidade, garantindo trabalho aos cerca de 20 a 25 mil profissionais que todos os anos são colocados no mercado de trabalho.

Nossa árdua função como contabilista, “guardião dos registros”, é a mesma que Jesus confiou a Mateus. Devemos exercê-la sempre com ética e disciplina, cumprindo as normas disciplinares e reguladoras, para o bom e fiel desempenho da técnica contábil.

*Vicente Muniz • Conselheiro - Ouvidor

PARA REFLEXÃO

“Somos o que repetidamente fazemos. A excelência, portanto, não é um feito, mas um hábito”

Aristóteles

Cont-Ação

Prontos para ajudar

“Os que esperam em Deus renovarão as suas forças; subirão com asas como águias; correrão, e não se cansarão; andarão, e não se fatigarão” (Isaias 40.31).

O Instituto Cont-Ação informa a todos que, pela graça de Deus e ajuda dos nossos colaboradores, conseguimos que a cirurgia de catarata da profissional Albertina Barbosa, de 79 anos, fosse realizada sem custo para a profissional. Ela vinha passando por grandes dificuldades com sua visão totalmente prejudicada, além de passar por outras necessidades básicas.

Por isso agradecemos publicamente a Salutar Consultoria e Corretora de Seguros Ltda. pela iniciativa em patrocinar 100% do processo da cirurgia da Sra. Albertina. Agradecemos também aos funcionários do CRCRJ que estão juntos conosco nesta luta abraçando esta causa.

Aproveitamos ainda para agradecer ao presidente do CRCRJ, Antonio Miguel Fernandes, pelo seu total apoio e iniciativa na transformação da ação social dos contabilistas em um instituto com personalidade jurídica.

Ressaltamos o nosso orgulho de sermos liderados durante estes quatro anos por você, amigo Antonio Miguel Fernandes, à frente do CRCRJ. Nós, do Instituto Cont-Ação, acreditamos no seu sucesso nesta nova etapa de sua caminhada, e que Deus renove as suas forças e dê condições de você voar alto e firme como as águias.

Os interessados em ingressar nesta luta por melhor qualidade de vida para nossos colegas com necessidades entre em contato conosco pelo endereço eletrônico institutocont-acao@oi.com.br.

Foto: Reynaldo Dias



ESTUDANTES E CONTABILISTAS, ACESSEM SEU CADASTRO NO NOSSO PORTAL E CRIEM SEU E-MAIL @crcrj.org.br



Diva Gesualdi, Márcia Tavares, Vitória da Silva e Lindberger da Luz congratulam a homenageada Maria Clara Bugarim, presidente do CFC

Sindicont-Rio comemora 93 anos com homenagens

Emoção e homenagens marcaram a noite do dia 18 de setembro, data em que foram comemorados os 93 anos de fundação do Sindicato dos Contabilistas do Rio de Janeiro (Sindicont-Rio). Destaque da festa, a presidente do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), Maria Clara Bugarim, recebeu o Troféu Sindicont-Rio por suas realizações em prol da classe contábil.

A vice-presidente de Administração do CFC, Sílvia Mara Leite Cavalcante, e a vice-presidente de Registro do Conselho Regional de Contabilidade de São Paulo, Celina Coutinho, também foram premiadas pela contribuição que vêm fazendo à contabilidade, especialmente à frente da Comissão Nacional da Mulher Contabilista. “Hoje, 34% de nossos profissionais já são compostos por mulheres. Nossa preocupação, no entanto, não é apenas com a quantidade, mas também com a qualidade e as condições de trabalho destas contabilistas”, afirmou Maria Clara.

A vice-presidente de Pesquisa e Desenvolvimento Profissional do CRCRJ, Diva Gesualdi, ressaltou a importância da união entre os profissionais da categoria. “Temos que olhar este fato como uma parceria. Esta união de habilidades de homens e mulheres é que faz com que a classe contábil se aperfeiçoe”, destacou.

O aniversário do Sindicont-Rio também foi celebrado com a realização do I Encontro Carioca de Estudantes de Contabilidade, nos dias 25 e 26 de setembro. A presidente do sindicato, Vitória Maria da Silva, reiterou a importância da participação dos estudantes e profissionais recém-formados. “São esses jovens que queremos preparar para que tomem conta desta casa, pois esta casa é deles”, explicou.

Entre as personalidades que prestigiaram o evento, estavam o presidente do Sescon-RJ, Lindberger Augusto da Luz, o vice-presidente do CRCRJ, Carlos de La Roque, o presidente do CRCSP, Sérgio Prado de Mello, o Controlador Geral do Município do Rio de Janeiro, Vinicius da Costa Rocha Viana, e o presidente da Saara, Ênio Carlos Bittencourt.

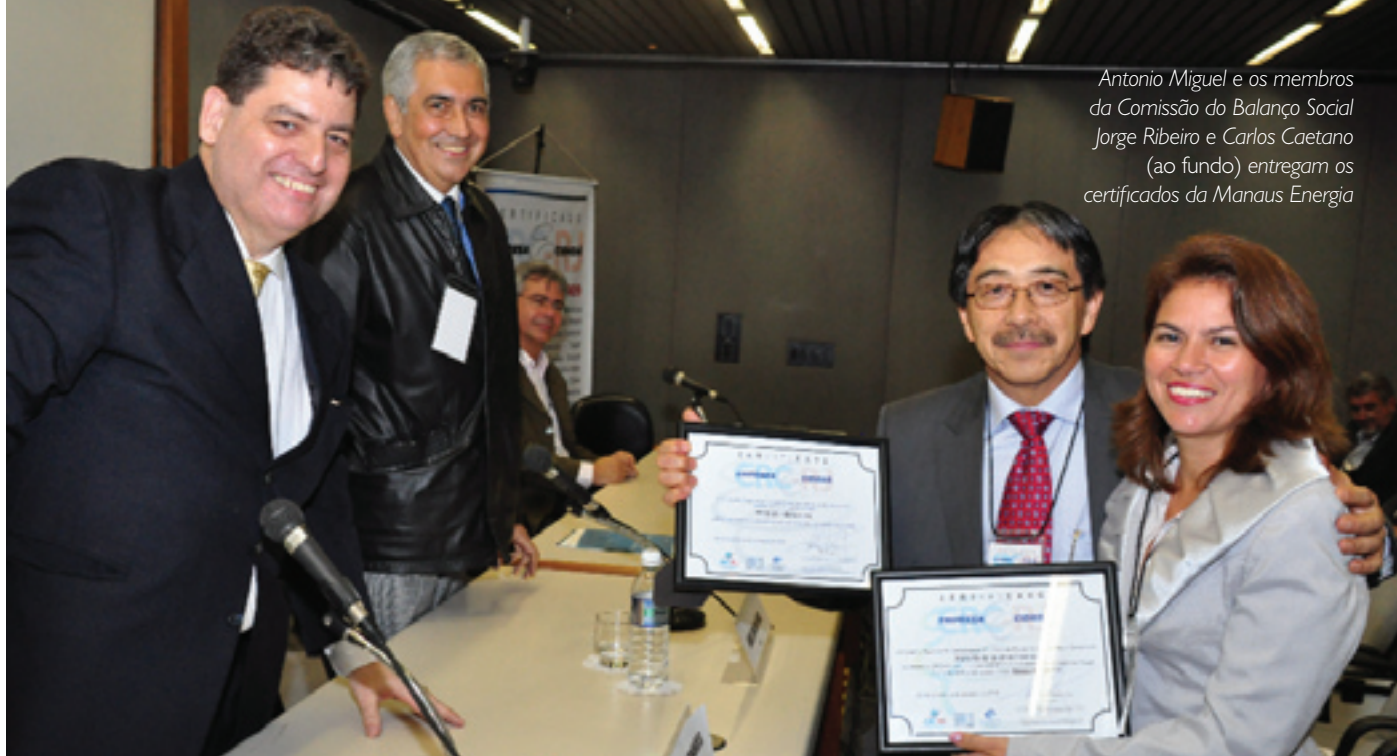
Terceiro Setor traz oportunidades para os contabilistas do Rio

Com o objetivo de aproximar os contabilistas e o Terceiro Setor e abrir um novo campo de oportunidades, o CRCRJ e a Federação das Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público do Estado do Rio de Janeiro (Osciperj) firmaram um convênio, em julho. Representante jurídica de aproximadamente 700 Oscips do estado, esta entidade vem buscando, entre outras ações, a estruturação de um Núcleo Contábil, Fiscal e Tributário, com o apoio e orientação do CRCRJ.

As Oscips são Organizações da Sociedade Civil sem finalidade econômica, de direito privado e de interesse público, que atuam na execução de políticas públicas de forma complementar. De acordo com o presidente da Osciperj, Roberto Rosa Olivella, o Brasil possui mais de 365 mil ONGs, cadastradas na Relação Anual de Informações Sociais (Rais) do Ministério do Trabalho e Emprego, e, destas, cerca de 5 mil são certificadas como Oscips pela Secretaria Nacional de Justiça, do Ministério da Justiça.

Segundo ele, o país ainda está muito atrás, por exemplo, dos europeus no que se refere ao efetivo reconhecimento e avanço das organizações do Terceiro Setor: “Nos países desenvolvidos, essas instituições vêm funcionando há décadas, mas, no Brasil, precisam avançar muito mais, e se tomarem, inclusive, protagonistas do seu papel como agentes de transformação e avanço de uma sociedade intrinsecamente democrática, plurarista e progressista. Apenas agora é que a sociedade civil e a própria administração pública começaram a entender a importância estratégica das ONGs, inclusive das Oscips.” Hoje, um dos mais significativos desafios sob o ponto de vista gerencial desse setor são a parte contábil, fiscal e tributária, a divulgação e a comunicação e a representação social e política desse segmento. “Temos dificuldade de fazer a prestação de contas dos recursos públicos. Outra questão é onde encontrar contabilistas capacitados para atender às organizações sociais do Terceiro Setor, especialmente às 5 mil Oscips brasileiras hoje”, acrescentou Olivella.

A expectativa com o convênio é desenvolver trabalhos em conjunto para abrir este novo campo para os contabilistas fluminenses e atender a cerca de 700 Oscips do estado, incluindo a capacitação dos agentes administrativos que trabalham com a parte contábil, fiscal e tributária. Segundo a legislação federal das Oscips, empresas que firmem termos de parceria com esse tipo de organização podem deduzir até 2% do Imposto de Renda. Entretanto, essa vantagem ainda não é completamente explorada para o desenvolvimento das Oscips. Uma outra ideia que está sendo gerada é a criação do prêmio “Contabilista social do ano”, que irá contemplar os profissionais contábeis que vêm atuando no engajamento socioambiental, bem como nas organizações sociais do Terceiro Setor fluminense. Um evento regional também está sendo planejado, tendo como tema “Aspectos contábeis, fiscais e tributários do terceiro setor fluminense – o caso das Oscips”.



Antonio Miguel e os membros da Comissão do Balanço Social Jorge Ribeiro e Carlos Caetano (ao fundo) entregam os certificados da Manaus Energia

Fotos: Benedito Dias

Empresas dão exemplo de responsabilidade socioambiental

Um novo recorde de empresas certificadas. Sessenta e uma empresas, das cinco regiões do país, enviaram seus relatórios a fim de concorrerem ao Certificado Empresa Cidadã. Um crescimento inédito de mais de 20% em relação à edição passada. Esta foi a marca da sétima edição do evento, realizada no auditório do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), em 22 de setembro, data em que se comemora o Dia do Contador. Ao todo, 48 empresas foram certificadas pelo projeto, que conta com o apoio da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan) e da Federação do Comércio do Estado do Rio (Fecomércio-RJ).

O objetivo principal da certificação é incentivar e reconhecer a implantação de boas práticas ligadas à responsabilidade social em empresas de todos os portes, inclusive instituições sem fins lucrativos. O presidente do Conselho, Antonio Miguel Fernandes, destacou a valorização que o prêmio vem conquistando desde sua primeira edição. "A cada ano, cresce não só o número de empresas inscritas, mas também a importância da ação. Isso acontece à medida que as empresas ad-

quirem a consciência da relevância da execução e da publicação de suas ações sociais."

O representante da Firjan na cerimônia, Luiz Chor, que esteve presente em todas as edições desde 2003, fez um panorama da difusão do pensamento socialmente correto. "Há dez anos, não se falava em sustentabilidade. Hoje, o próprio país mudou, e já se tornou rotina incluir este tema no planejamento das empresas." Este pensamento foi reforçado pelo representante da Fecomércio-RJ, Nilton Pereira, que ressaltou o fato de a federação manter "abertas as portas da instituição, garantindo todo apoio à premiação".

De acordo com o coordenador da Comissão de Balanço Social do CRCRJ, Jorge Ribeiro, o "certificado é uma prestação de contas do Conselho à sociedade que ganhou asas e assumiu dimensões nacionais". Ele acrescentou que os profissionais têm levado o espírito de responsabilidade do trabalho para os hábitos de sua família e amigos.

Para o contador Jairton Guimarães, da Brasil Seguros Companhia de Saúde, o prêmio é um estímulo a novos investimentos. "É um orgulho pela profissão que escolhi poder dar retorno à sociedade na forma de trans-

parência nas nossas ações." Semelhante é a opinião do presidente da Associação Balbina Fonseca, Paulo Gomes Filho, que considera a certificação um ótimo retorno ao trabalho realizado. "Ser escolhido no meio de empresas tão grandes nos dá uma conotação muito positiva. É um orgulho para nós, enquanto entidade beneficente do interior do estado."

A contadora Valéria Coutinho, da Unimed-Rio, ressaltou que o reconhecimento do trabalho é bem-vindo e que, "para um contador, é muito importante receber uma certificação do CRCRJ". Atuante na área de Controle Econômico e Financeiro da mesma empresa, Aroldo Aires diz que, por vir de um órgão conceituado, o certificado "faz com que as empresas possam mostrar à sociedade que têm um papel importante: abrange a comunidade na qual está inserida".

Ao final da outorga dos certificados, foi realizado sorteio de três pacotes de viagens para Natal (RN), com passagens aéreas, translados e passeios inclusos, com direito a acompanhante. Foram contemplados os contadores Jairton Guimarães (Brasil Saúde Seguros), Cleide Mathias (CEG) e Ivete dos Santos (CBS Previdência).



Entrevista

Aracéli Ferreira, professora da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e coordenadora da Assessoria Técnica de Análise de Relatórios do Certificado Empresa Cidadã.

Como é o processo de análise dos trabalhos?

Aracéli Ferreira – Quando o Conselho recebe os relatórios das empresas, ele os envia para a UFRJ. Dentro da universidade, existe um grupo específico de trabalho composto por alunos da graduação e do mestrado em Ciências Contábeis. Ao todo, são seis pessoas que trabalham na avaliação destes relatórios.

Qual é o benefício que esse trabalho leva para a universidade?

AF – Primeiramente, temos contato com a realidade de vários balanços, de diferentes empresas e setores. Essas informações nos ajudam a formar um banco de dados para pesquisas. Alimentamos pesquisas de mestrado em Ciências Contábeis da UFRJ com informações obtidas nesta certificação, além da própria experiência de avaliar a qualidade dos balanços.

Qual a principal dificuldade de um trabalho como este?

AF – A principal dificuldade é na elaboração dos critérios. É conseguir identificar quais critérios são adequados para grandes, para médias e para pequenas empresas. Todos com o mesmo objetivo.

Houve mudanças no regulamento?

AF – Poucas. No ano passado, fizemos só alguns ajustes em relação a pequenas e médias empresas. Este ano, tivemos adaptações para as empresas de previdência privada, que tiveram um número maior de participantes. Isso exige algumas mudanças, porque nem todas as empresas têm as mesmas características.

Empresa certificada	Contadores certificados
Ambep – Associação de Mantenedores Beneficiários da Petros	Pedro Paulo da Rocha Passos
Ampla Energia e Serviços	Jorge de Oliveira
Associação Balbina Fonseca	Maria das Graças Neto
Banco Bradesco	Marcos Aparecido Galende
Banco do Brasil	Eduardo Cesar Pasa
Brasil Seguros Companhia de Saúde	Jairton Cardoso Guimarães
Caixa Econômica Federal	Raphael Rezende Neto
Capemi – Instituto de Ação Social	Simone Novais Moreno
Caixa Beneficente dos Empregados da Companhia Siderúrgica Nacional – CBS	Ivete dos Santos Ferreira
Ceal – Companhia Energética de Alagoas	Maria dos Prazeres L. P. Moreira
Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Empregados de Furnas e das demais Empresas do Sistema Eletrobrás	Rosângela Maria Blanco da Silva
CEG – Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro	Cleide Mathias da Silva Pinheiro
Companhia Energética do Ceará – Coelce	Maria Enivalda Oliveira Monteiro
Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – Coelba	Antônio Raymundo Tavares Ferreira
Copel – Companhia Paranaense de Energia	Enio Cesar Pieczarka
Eletrobrás – Centrais Elétricas Brasileiras	João Vicente de Amato Torres
Eletronorte – Centrais Elétricas do Norte do Brasil	Jésus Alves da Costa
Eletrobrás Termonuclear – Eletronuclear	Luiz Fernando Henriques
Embraer – Empresa Brasileira de Aeronáutica	Shoiti Morita
Endesa Brasil	Karla Jeanny Falcão Carioca
Endesa Cien – Cien Companhia de Interconexão Energética	Ana Paula Vergetti Diniz
Endesa Fortaleza – Central Geradora Termelétrica Fortaleza	Ana Paula Vergetti Diniz
Endesa Cachoeira – Centrais Elétricas Cachoeira Dourada	Ana Paula Vergetti Diniz
Furnas Centrais Elétricas	Milton Ronaldo Uryn
Instituto Invepar – Investimentos e Participações em Infraestrutura	James Guerreiro
Oi Telenorte Leste Participações	Piero Carbone
Itaú Unibanco Banco Múltiplo	José Manuel da Costa Gomes
Light	Luciana Maximino Maia
Manaus Energia	Maria Suely da Silva Oliveira
Marisol	José Bizatto
Petrobras	Marcos Menezes
Prece Previdência Complementar	Luiz Carlos Rosa Goulart
Santa Casa de Misericórdia de Barra Mansa	Fábio Mendonça Telles Rodrigues
Souza Cruz	André Luiz Portugal
Unimed Angra dos Reis Cooperativa de Trabalho Médico	Luiz Antonio Fonseca
Unimed Araruama Cooperativa de Trabalho Médico	Dilcéa Lopes da Cunha
Unimed Centro Sul Fluminense	Maximilian Thomé De Souza
Unimed Campos Cooperativa de Trabalho Médico	Gisélia M. Nogueira
Unimed Marques de Valença Cooperativa de Trabalho Médico	Robson Rodegheri Rosa
Unimed Nova Friburgo Sociedade Cooperativa de Serviços Médicos e Hospitalares	Jose Ribamar do Amaral Cypriano
Unimed Petrópolis Coop. de Trabalho Médico	Marília Thomaz Bernardo
Unimed Ponta Grossa Coop. de Trabalho Médico	Daniela Regina Prestes
Unimed Rio Cooperativa de Trabalho Médico	Valéria Coutinho Nunes
Unimed Três Rios Cooperativa de Trabalho Médico	Ignacio Tepedino Filho
Unimed de Volta Redonda Cooperativa de Trabalho Médico	Patrícia Queiroz Brandão
Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais – Usiminas	João Lucas Ferraz Dungas
Vale	Vera Lúcia de Almeida Pereira Elias
Weg Equipamentos Elétricos	Wilson José Watzko

Agência

Niterói Maricá Rua Dr. Borman, 13 – 3º andar – Centro – CEP: 24020-320 tel.: (21) 2620-3173 – telefax: (21) 2621-3544 – e-mail: crcnit@crclrj.org.br

Delegacias

Angra dos Reis Parati e Rio Claro – Resp. Wagner Moreira Quito – Av. José Elias Rabha, 280 lj. 132, Angra Shopping Center – Parque das Palmeiras – Centro – CEP: 23906-510 – telefax: (24) 3365-6880 – e-mail: delangradosreis@crclrj.org.br

Bangu Barra de Guaratiba, Campo Grande, Cosmos, Guaratiba, Inhoaíba, Magalhães Bastos, Paciência, Padre Miguel, Pedra de Guaratiba, Realengo, Santa Cruz, Santíssimo, Senador Camará, Senador Vasconcelos e Sepe-tiba – Resp. Célia Maria Gama da Silva – Rua Doze de Fevereiro, 167 – sobrado – Bangu – CEP: 21810-050 – tel.: (21) 2401-8421 – fax: (21) 2401-6167 – e-mail: delbangu@crclrj.org.br

Barra do Pirai Engenheiro Paulo de Frontin, Mendes, Miguel Pereira, Paty do Alferes, Pirai, Rio das Flores, Santanésia, Valença e Vassouras – Discovery Contabilidade Ltda. – Resp. Maria Elizabeth Soares da Cunha e Djalma Soares da Cunha – Rua Barão de Santa Cruz, 103, Centro – CEP: 27120-050 telefax: (24) 2442-2727 – e-mail: delbarradopirai@crclrj.org.br

Cabo Frio Araruama, Armação de Búzios, Arraial do Cabo, Iguaba Grande, São Pedro d'Aldeia e Saquarema – Resp. Francisco Antonio de Azevedo Rosa – Rua Teixeira e Souza, n° 278, s/ 105 – Centro – CEP: 28905-100 – telefax: (22) 2645-4685 – e-mail: delcabofrio@crclrj.org.br

Campos Cardoso Moreira, Italva, São Fidélis, São Francisco de Itabapoana, São João da Barra e São Joa-quim – Resp. José Ornis Rosa – Rua Dr. Lacerda Sobrinho, 132 lj. 4 – Ed. Gallery 132 – Centro – CEP: 28010-070 – tel.: (22) 2734-3600; fax: (22) 2725-7929 – e-mail: delcampos@crclrj.org.br

Duque de Caxias Guapimirim e Magé – Sendra e Koscheck Assessoria e Consultoria Contábil Ltda. – Resp. Francisco Carlos Rubens Sendra e Rogério Koscheck da Silva – Rua Alton da Costa, 115, salas 405 a 412 – Centro – CEP: 25071-160 – telefax: 3659-8383 – e-mail: delduquedecaxias@crclrj.org.br

Itaperuna Aperibé, Bom Jesus de Itabapoana, Cambuci, Itaocara, Laje do Muriaé, Miracema, Natividade, Porciúncula, Santo Antônio de Pádua, São José de Ubá e Varre-Sai – Resp. Jader Barbosa da Silva – Av. Cardoso Moreira, 841 s/j/21 Centro – CEP: 28300-000 – tel.: (22) 3824-3831; telefax: (22) 3822-0386 – e-mail: delitaperuna@crclrj.org.br

Jacarepaguá Anil, Cidade de Deus, Curicica, Freguesia, Gardênia Azul, Pechincha, Praça Seca, Tanque, Taquara e Vila Valqueire – Unicon Contabilidade Ltda. – Resp. Luiz Carlos Rigoni Duarte e Ana Paula Pádua de Carvalho – Estrada dos Bandeirantes, 320 – Taquara – CEP: 22.710-112 – telefax: (21) 3432-9102 – e-mail: deljacarepagua@crclrj.org.br

Macacé Barra de São João, Carapebus, Casimiro de Abreu, Conceição de Macabu, Quissamã, Rio das Ostras e Trajano de Moraes – Célem & Vidal S/C Ltda. – Resp. Jussara Murteira Célem Garcia Vidal e Pablo Côrtes Garcia Vidal – Av. Ruy Barbosa, 698, sala 608, Ed. Tropical Plaza – Centro – CEP: 27910-362 – tel.: (22) 2759-2390; fax: (22) 2772-7003 – e-mail: delmacae@crclrj.org.br

Nova Friburgo Bom Jardim, Cachoeira de Macacu, Cantagalo, Carmo, Cordeiro, Duas Barras, Macuco, Santa Maria Madalena, São Sebastião do Alto e Sumidouro – G. Contabilidade Ltda. – Resp. Guiomar Rodrigues Peres da Silva e Carlos Alberto Pereira da Silva – Rua Monsenhor José Antonio Teixeira, 25 s/101/103 – Centro – Ed. Mariana de Brito – CEP: 28610-390 – tel.: (22) 2523-2277 – telefax: (22) 2522-4639 – e-mail: delnovafriburgo@crclrj.org.br

Nova Iguaçu Belford Roxo, Engenheiro Pedreira, Japeri, Mesquita, Nilópolis, Queimados e Paracambi – Resp. José Américo Moretti – Rua Athaide Pimenta de Moraes, 211 s/ 505 – Centro CEP: 26210-190 – telefax: (21) 2667-9458 – e-mail: delnovaiguacu@crclrj.org.br

Petrópolis Consenso Consultoria Contábil Ltda. – Resp. Flavio Ottero Licht e Carolina Kronenberg Licht – Rua Irmãos D'Angelo, 48 s/401 – Centro – CEP: 25685-330 – tel.: (24) 2243-7188 – telefax: (24) 2242-0335 – e-mail: delpetropolis@crclrj.org.br

Resende Itaiaia, Porto Real e Quatis – Resp. Ubirajara Garcia Rittton – Praça Dr. Oliveira Botelho, 148 s/s/ 2 a 5 – Centro – CEP: 27511-120 – tel.: (24) 3355-1522 e telefax: (24) 3355-3507 – e-mail: delresende@crclrj.org.br

Rio Bonito Itaboraí, Silva Jardim e Tanguá – Resp. José Américo dos Santos – Travessa Alexandre Ferreira, 30 – Centro – CEP: 28800-000 – telefax: (21) 2734-2381 – e-mail: delriobonito@crclrj.org.br

São Gonçalo Resp. Bianca dos Santos Motta – Rua Dr. Feliciano Sodré, 214 s/205, Centro – CEP: 24440-440 – tel.: (21) 2605-6108 / telefax: (21) 2605-6504 – e-mail: delsaogoncalo@crclrj.org.br

São João de Meriti Escritório Contábil Fontex Ltda. – Resp. Sinésio Fonseca de Sousa – Av. Comendador Teles, 2401, 4º piso – Vilar dos Teles – CEP: 25561-160 – tel.: (21) 2751-4998; telefax: (21) 2751-3353 – e-mail: delsaogoaodemeriti@crclrj.org.br

Teresópolis São José do Vale do Rio Preto – Organização Contábil São Francisco de Assis Ltda. – Resp. Magda Medeiros Fonseca, Sidney Rebelo de Souza e Fernando Medeiros Júnior – Rua Coronel Claussen, 30 – Várzea – CEP: 25953-470 - tel.: (21) 2643-4662; telefax: (21) 2643-1417 – e-mail: delteresopolis@crclrj.org.br

Três Rios Areal, Comendador Levy Gasparian, Paraíba do Sul e Sapucaia – Pedro Caldas Contabilidade S/C Ltda. – Resp. Pedro Paulo Moreira Caldas e Cristiano Silva Caldas – Pça. da Autonomia, 66 s/3 – Centro – CEP: 25802-310 – Caixa Postal 94178 – telefax: (24) 2252-0022 – e-mail: deltresrios@crclrj.org.br

Volta Redonda Barra Mansa e Pinheiral – Criativa Contábil de Volta Redonda Ltda. – Resp. Luiz Gonzaga Pedrosa da Silva e Odair José da Silva – Rua Norival de Freitas, 60 conj. 103 – Aterrado – CEP: 27295-100 – tel.: (24) 3347-4098 – telefax: (24) 3347-2797 – e-mail: delvoltaredonda@crclrj.org.br

Arquivo UFF



A previsão é que o novo campus esteja pronto até o fim do ano

UFF implanta curso de Ciências Contábeis em Volta Redonda

Em 2010, a Universidade Federal Fluminense (UFF) vai oferecer novos cursos em suas unidades espalhadas pelo estado, entre eles o de Ciências Contábeis, no *campus* de Volta Redonda. Preparado desde o início para a convergência com as normas internacionais, o curso promete dar ênfase aos modelos estrangeiros em uma estrutura completamente nova.

De acordo com o diretor do Pólo Universitário da UFF em Volta Redonda, Wainer Silva, o projeto vem atender a uma demanda regional. "Aqui nós poderemos capacitar o profissional de contabilidade. Então, os interessados não precisarão se deslocar para os grandes centros e, ao mesmo tempo, também as empresas e o comércio da cidade deixarão de procurar por profissionais que venham de São Paulo e do Rio de Janeiro."

O professor de Ciências Contábeis da UFF Arlindo de Oliveira Freitas destaca as novidades do curso que, segundo ele, está de acordo com todas as diretrizes curriculares. "Nosso curso é inovador. Teremos uma escola com laboratórios novos, biblioteca nova, então, nós estamos muito empolgados com o curso aqui na região, que se faz necessário pela necessidade de expansão de nossas cidades." Para abrigar os cursos de ciências humanas e sociais, estão sendo construídos três novos prédios, no bairro do Aterrado. A previsão de término da obra é dezembro deste ano.

Será oferecido um total de 80 vagas, sendo 40 diurnas e 40 noturnas. O professor assistente da área de contabilidade geral, Clemente Leite, salienta a vantagem de se começar um curso com parâmetros normativos já indicados. Para ele, o curso já vem pronto com relação às modificações.

Para a vice-presidente de Pesquisa e Desenvolvimento Profissional do CRCLRJ, Diva Gesualdi, "a criação do curso pela UFF vai alavancar o ensino da contabilidade e a difusão da matéria contábil na região Sul Fluminense". O conselheiro Jorge Ribeiro compartilha a avaliação, frisando que a iniciativa "traz um novo foco acadêmico e, sendo em uma instituição federal, dá nova oportunidade de junção das classes estudantis num momento difícil de crise econômica e financeira."

Lá se vão 30 anos de conselheiro

* **Carlos de La Rocque**

Em 1979, participei de minha primeira eleição para conselheiro de nosso CRCRJ. Fui candidato a efetivo tendo como suplente o professor Orlando Martins Pinto. Foi uma negociação política visando à utilização de meu nome na chapa como efetivo e uma grande e inesquecível demonstração de desprendimento pessoal de nosso professor Orlando, que veio como meu suplente.

Daí para frente participei de todas as eleições, de quatro em quatro anos, com um pequeno interregno quando passei do grupo de um terço para o grupo de dois terços. Como sabem, o Conselho tem eleições de dois em dois anos sendo de forma alternada: uma eleição de um terço e outra de dois terços.

Fui conselheiro sem cargo no Conselho Diretor e sempre como membro da Câmara de Registro. Em 1998, movido por situações as quais considerava como indevidas, fui candidato a presidente de nosso Conselho, cargo este que ocupei por dois mandatos. Nos dois mandatos seguintes, venho ocupando um cargo de vice-presidente. Este ano não participo do quadro oficial como participante da chapa única de nosso Conselho por absoluta opção pessoal. Entendo que os anos

passam e que devemos abrir espaços para novas lideranças. Nossa candidata a presidente, a conselheira Diva Gesualdi, que durante quatro anos foi minha vice-presidente de Administração, tem todos os méritos para exercer um grande mandato e comandar este processo de surgimento de novas lideranças.

Vai encontrar um Conselho arrumado financeiramente, com todas as instalações funcionando adequadamente no novo prédio e em condições de dar um grande salto na atuação de nossos colegas profissionais de contabilidade junto à sociedade.

Meu afastamento não significa abandono das lutas classistas. Muito pelo contrário. Estarei sempre presente e à disposição da nova administração no sentido de colaborar com este novo momento de nosso Conselho.



***Carlos de La Rocque** • vice-presidente do CRCRJ

CENOFISCO

CENOFISCO

Conselho dá dicas para agilizar registro de empresas contábeis

Com a inclusão dos escritórios de contabilidade no Simples Nacional, o número de pedidos de registro de empresa no Conselho aumentou consideravelmente. Segundo o Decreto-Lei nº 9295/46, a Lei 6839/80 e a resolução CRC nº 1166/09, todo estabelecimento que tenha como objetivo social a prestação de serviços contábeis, a auditoria e a perícia deve estar devidamente registrado em seu respectivo órgão de classe.

Na maioria dos casos, os profissionais procuram o CRCRJ após o registro do contrato em cartório, o que não é uma prática recomendada. “Quando fazemos a análise do contrato, muitas vezes identificamos irregularidades decorrentes da falta de atenção às normas. Nossa sugestão é para que os interessados venham primeiro ao CRCRJ, onde faremos a devida revisão de todo o contrato e, em seguida, leve para o cartório a versão definitiva”, sugere o chefe do Departamento de Registro, José Vicente de



Foto: Remédio Dias

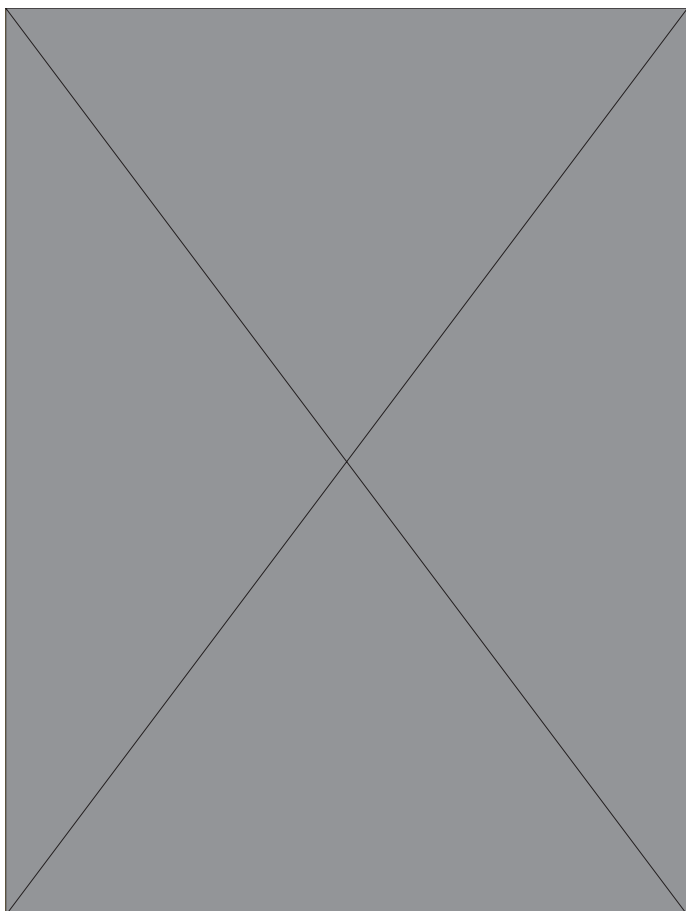
Paula. Quando o processo não apresenta pendências, sua análise leva cerca de cinco dias úteis.

As normas que orientam a firmação de contratos são baseadas no Código Civil e, de maneira geral, se aplicam a qualquer setor. Entretanto, cada segmento possui suas próprias particularidades, que são definidas por seus órgãos de fiscalização, neste caso, o Conselho Federal de Contabilidade (CFC). Os equívocos mais comuns estão ligados justamente ao desrespeito de alguma destas especificidades.

Um dos pontos principais é em relação à participação societária. Para que uma empresa de serviços contábeis seja regulamentada, é preciso que o controle de suas cotas esteja nas mãos de um contabilista, seja ele técnico ou contador. Também é importante lembrar que todos os atos de alteração contratual, como mudanças de endereço, entrada e saída de sócios e aumento de capital são objetos de averbação do Conselho.

A validação dos sócios é outro ponto que merece atenção especial. A Resolução CFC nº 1166/09 permite a participação de profissionais de outras categorias na formação da sociedade, desde que estes tenham um conselho de classe e estejam devidamente habilitados. Por exemplo, engenheiros, médicos e dentistas podem participar, diferentemente de jornalistas e professores. Sobre este item, o vice-presidente de Registro do CRCRJ orienta a inclusão de um termo adicional no contrato. “Sugerimos que, na cláusula de cessão de cotas, seja incluído um complemento frisando que todo novo sócio deve ser profissionalmente habilitado conforme a resolução.”

Na página do CRCRJ na internet — www.crc.org.br —, na área Modelos e Formulários, é possível encontrar o modelo do requerimento de registro e a minuta de contrato com a explicação de cada passo e a legislação correspondente. Os interessados deverão entregar ao Conselho o requerimento devidamente preenchido e assinado, acompanhado de três vias do contrato. A taxa para o registro de empresas é de R\$ 67, acrescida de anuidade proporcional.



Perfil

Décadas de paixão pelo trabalho

No CRCRJ desde 1979, Maria da Glória Magalhães é exemplo de funcionária apaixonada pelo emprego e satisfeita por fazer o que gosta. Hoje no apoio à Comissão de Análise de Processos, ela conta, de jeito descontraído, as surpresas que já viveu e os desafios que enfrentou ao longo destas três décadas. “No primeiro dia de trabalho, fiquei tão assustada com a grande movimentação de gente que achei que não iria conseguir assimilar todas as informações”, conta.

Suas primeiras atividades foram no setor de Protocolo e Arquivo. Vale lembrar que o trabalho era feito manualmente, sem ajuda de computadores. Trabalhou nos primeiros cursos oferecidos pelo Conselho, no arquivo geral e, em 1991, passou a chefiar a Agência do CRCRJ em Niterói, cidade que havia sido sede do Conselho Regional de Contabilidade do Estado do Rio de Janeiro até 1976, quando houve a unificação com o Conselho Regional de Contabilidade do Estado da Guanabara, formando o atual Conselho.

Retornou à cidade do Rio e voltou a trabalhar no Protocolo. Posteriormente veio a chefiar o setor. Já no Departamento Administrativo trabalhou em diversos setores. Foi um dos membros do comitê de Padronização na conquista do Selo de Qualidade.



Foto: Daniel Garrido

“Juntamente com o conselheiro Vicente Muniz, dei início aos primeiros passos da Ouvidoria no Conselho. Foi um trabalho muito gratificante”, diz. Esse mesmo pensamento se aplica às atividades que pratica hoje junto à Comissão de Análise de Processos, “apesar de serem, às vezes, um pouco tristes pelos casos que se apresentam”.

Segundo Glória, nesses 30 anos de Conselho, vale a pena destacar alguns pontos marcantes para o crescimento da instituição, como o esforço do presidente Orlando Martins Pinto na compra do oitavo andar da antiga sede, a criação do plantão que resultou na ampliação do horário de atendimento — antigamente era das 12h às 17h — e a aquisição da nova sede. “Em todo esse tempo, conheci pessoas maravilhosas e tive muitas alegrias. Minha realidade é que gosto do que faço e trabalho feliz. Tenho orgulho de dizer que trabalho no CRCRJ!”

Contabilistas podem comprar carros com desconto

No último dia 28 de julho, o CRCRJ e a Ford Motor Company do Brasil firmaram um convênio para oferecer descontos exclusivos aos contabilistas do Estado do Rio na compra de veículos da montadora. Funcionários do Conselho e profissionais com registro ativo e em situação regular podem se beneficiar do acordo em toda a linha de automóveis, *pick-ups* e utilitários à venda nas concessionárias da marca.

Para aproveitar, basta comparecer a um revendedor Ford e se identificar com a apresentação de cópias do contracheque e da carteira de trabalho, no caso dos funcionários; ou da carteira de registro profissional expedida pelo CRCRJ e o certificado de regularidade profissional (CRP), para os profissionais. Em ambos os casos, também é necessário apresentar um termo de compromisso de inalienabilidade, assinado pelo adquirente, e documentos pessoais.



ATUALIZE O CADASTRO DE SEU E-MAIL JUNTO AO SETOR DE REGISTRO E RECEBA NOSSOS BOLETINS INFORMATIVOS

CENOFISCO

Antonio Miguel e Diva Gesualdi comandam a mesa de abertura da 54ª Concerj, o maior evento contábil do estado

54ª Concerj

Contabilistas se preparam para os desafios globais

Os profissionais que participaram da 54ª Convenção dos Contabilistas do Estado do Rio de Janeiro (Concerj) saíram de Teresópolis, na Região Serrana, não só atualizados sobre os principais assuntos que movimentam o mundo contábil hoje, mas também com a autoestima no mais elevado patamar. Isso porque uma constatação perpassou todas as palestras: a de que o profissional contábil é a peça-chave para o sucesso de qualquer instituição financeira, pública ou privada.

Cerca de 600 pessoas participaram do maior evento da classe contábil do estado, realizado no Hotel Alpina, nos dias 1º, 2 e 3 de outubro, com o tema “Século XXI – A busca pela harmonização contábil”. Na abertura, o presidente do CRCRJ, Antonio Miguel Fernandes, traçou um panorama das transformações ocorridas hoje e apontou o encontro como a oportunidade de os profissionais se atualizarem e discutirem com especialistas das esferas pública e privada as diversas implicações em seu dia a dia que as mudanças nas legislações e na padronização das normas contábeis suscitam. “Somos 50 mil contabilistas no estado, e vocês são uma pequena parcela que tem a oportunidade de participar deste evento. Portanto, vocês exercem o papel fundamental de multiplicadores das informações colhidas aqui”, afirmou.

O vice-presidente de Desenvolvimento Operacional do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), Juarez Domingues Carneiro, representando a presidente do CFC, Maria Clara Bugarim, disse que o

tema da convenção sintetiza o momento especial de mudança. “São desafios que exigem do profissional a atualização e a competência necessária para enfrentar esses caminhos, que nos levarão a fazer com que a profissão contábil se torne cada vez mais forte, representativa e essencial para o desenvolvimento de nosso país.” Já a vice-presidente de Pesquisa e Desenvolvimento Profissional do CRCRJ, Diva Gesualdi, destacou o evento como a oportunidade de os contabilistas revigorarem suas relações com outros profissionais e com o próprio Conselho. “Isso também faz parte do nosso engrandecimento. O Conselho estará sempre à disposição para atender a todos e cada vez melhor”, reiterou.

O secretário de Administração de Teresópolis, Carlos Eduardo Ribeiro, em nome do prefeito Jorge Mario Sedlacek, agradeceu a escolha da cidade serrana para sediar o evento. Além das personalidades citadas acima, também compuseram a mesa de abertura o presidente da Câmara Municipal de Teresópolis, Habib Tauk; o presidente da Associação Profissional dos Contabilistas,



Antoninho Trevisan empolga a plateia na palestra de abertura; Rubens Branco resume as principais alterações das normas contábeis; e Carlos de La Rocque tira dúvidas sobre procedimentos da Jucerja

Marcelo Rebello de Souza; o superintendente adjunto da Receita Federal do Brasil, José Carlos Sabino Alves; o controlador-geral do Município do Rio, Vinicius Costa Rocha Viana; o presidente do Sescon-RJ, Lindberger da Luz; o presidente da Federação dos Contabilistas do Rio de Janeiro, Luiz Sérgio da Rosa Lopes; o presidente da Confederação Nacional dos Profissionais Liberais, Francisco Antonio Feijó; e a representante do CRCRJ em Teresópolis, a delegada Magda Fonseca.

A 54ª Concerj foi uma realização do CRCRJ em parceria com a Associação Profissional dos Contabilistas de Teresópolis. Contou com patrocínio do Cenofisco, Coad, Folhamatic, Alterdata, KPMG Auditores Independentes e Mastermaq Softwares e apoio da TV CRC, Unipeç-RJ, Sescon-RJ, Sindicont-Rio, Federação dos Contabilistas dos Estados do Rio de Janeiro, Espírito Santo e Bahia, Sindicato dos Contabilistas de Nova Friburgo e Prefeitura de Teresópolis.

Harmonização não é imposição

O comentário irreverente do professor Antoninho Trevisan, presidente da Academia Brasileira de Ciências Contábeis, na palestra de abertura deu o tom do que seriam os outros dias do evento. “Sempre achei que esse negócio de dizer que a gente é bom de cálculo nos reduz. Entendo é de lógica, de interpretação de fatos políticos, econômicos”, disse o fundador da Trevisan Escola de Negócios, reconhecidamente uma das melhores escolas de Ciências Contábeis do país.

Ele apresentou uma leitura interessante sobre a questão da harmonização, evidenciando que, normalmente, o que ocorre é uma “imposição” de normas. “Em geral, os poderosos é que impõem uma harmonização muitas vezes para facilitar suas vidas.” Mas o que se vê hoje, segundo ele, é que o eixo econômico está se espalhando. “Acredito que a harmonização se dará com muito mais celeridade porque os países ricos estão descobrindo nações como as africanas, asiáticas, os latino-americanos, que formam um lastro de competência, de força econômica.” Ele fez uma analogia do que acontece com o Brasil — que precisa, como destacou, deixar de lado o complexo de ser uma ex-colônia, de se sentir menor — com o que ocorre com a classe contábil. “Nós, contabilistas, precisamos parar com esse negócio de não nos posicionarmos. Ora, se tem uma crise acontecendo, temos que falar; ocupar o nosso espaço para sermos respeitados. Avançamos, sobretudo, nessas últimas décadas, mas temos de avançar mais”, observou Trevisan.

Os reflexos tributários

O segundo dia foi aberto com o Painel Fiscal: “Os reflexos tributários das leis nº 11.638/07 e 11.941/09 sobre a atividade contábil no Brasil”, que teve como moderador o vice-presidente do CRCRJ, Carlos de La Rocque. O primeiro palestrante, o advogado tributarista e contador, Rubens Branco, *chairman* da Branco Consultores, fez um apanhado das mudanças ocorridas no mundo, desembocando na criação das duas leis tema do painel, que trouxeram a harmonização das normas contábeis brasileiras com as praticadas internacionalmente (*confira algumas alterações no quadro ao lado*).

O fato de a legislação tributária, conforme destacou Branco, não ter acompanhado de imediato as alterações trazidas pelas novas práticas contábeis gerou certa insegurança jurídica nos contribuintes. O objetivo da palestra foi, portanto, tratar dos reflexos tributários das mudanças. Entre as inovações trazidas, ele destacou o Regime Tributário de Transição (RTT), que visa determinar os ajustes tributários decorrentes dos novos métodos e critérios contábeis. Ele também falou sobre o trabalho do Comitê de Pronuncia-

NOVAS PRÁTICAS CONTÁBEIS: PRINCIPAIS ALTERAÇÕES

- Classificação do ativo e passivo em “circulante” e “não circulante”;
- Extinção do grupo “ativo permanente”;
- Restrição, ao longo do exercício 2008 e extinção, em 05/12/2008, do subgrupo “ativo diferido”;
- Criação do subgrupo “intangível” no grupo de ativo não circulante;
- Proibição da reavaliação espontânea de ativos;
- Aplicação, ao final de cada exercício social, do teste de recuperabilidade de ativos (teste de “impairment”);
- Registro, em contas de ativo e passivo, dos contratos de arrendamento mercantil (“leasing”);
- Extinção do grupo resultado de exercícios futuros;
- Criação, no pl, da conta de “ajustes da avaliação patrimonial”;
- Destinação do saldo de lucros acumulados;
- Alteração da sistemática de contabilização das doações e subvenções fiscais;
- Extinção da classificação das receitas e despesas em operacionais e não operacionais;
- Substituição da demonstração das origens e aplicação dos recursos (Doar) pela demonstração dos fluxos de caixa (DFC) no conjunto das demonstrações contábeis obrigatórias;
- Obrigatoriedade de demonstração do valor adicionado – DVA – pelas companhias abertas;
- Criação do regime tributário de transição – RTT;
- Implantação da apuração do ajuste a valor de presente de elementos do ativo e passivo.

Fonte: Branco Consultores

mentos Contábeis (CPC) e aproveitou para deixar uma mensagem: "O contabilista deve se inteirar desses pronunciamentos (já são mais de 40), porque eles passarão a direcionar a forma pela qual as empresas apresentarão as suas demonstrações." Em seguida, foi a vez do advogado tributarista Joaquim Ignácio Bruno, diretor da Bruno Bros Consulting, que, ao abordar a questão dos reflexos tributários das leis, afirmou que as respostas para os diversos questionamentos dependem do "sistema de referência" de cada intérprete.

Fechando o painel, a palestra do professor Edmilson Machado, contador, economista e advogado, ressaltou a importância, por exemplo, do Lalur, por ser "uma demonstração efetiva fiscal e contábil em todos os sentidos" e fez um balanço das obrigações acessórias: "A principal preocupação hoje é o confronto de informações. Temos que ter muito cuidado no preenchimento dessas informações, principalmente agora com o RTT."

A implementação das novas regras

O tema "Implementação da novas normas contábeis no Brasil" contou primeiro com a exposição do professor da UFRJ José Augusto Marques, que falou sobre os antecedentes do processo de convergência. "Os investidores procuram países que tenham uma linguagem contábil, de negócios, que eles entendam para poderem investir". E acrescentou: "Já que as alternativas de investimento que o Brasil oferece são muito boas, passamos a ter a preocupação de convergir para as normas internacionais".

José Augusto elencou as principais dificuldades para a implementação das normas, sendo a principal delas o curto espaço de tempo para sua assimilação. Outros pontos levantados por ele são as interpretações equivocadas, como, por exemplo, a agregação de várias unidades geradoras de caixa em apenas uma, a fim de evitar o reconhecimento de perdas do valor recuperável.

O segundo palestrante deste tema foi Hugo Rocha Braga, diretor administrativo da Câmara de Mediação e Arbitragem Empresarial do Rio. Autor de diversos livros, também falou sobre as dificuldades na implementação das novas regras e a necessidade de "falarmos a linguagem contábil do restante do mundo".

O papel dos auditores

Na mesa redonda "A harmonização contábil na profissão do auditor independentes", os palestrantes José Luiz Gurgel, sócio da BDO Trevisan; Leandro Ardito, sócio da PrivewaterhouseCoopers; e Manoel Fernandes de Souza, sócio da KPMG, falaram sobre os desafios e responsabilidades dos auditores independentes no contexto das novas regras. Como destacou Gurgel, a adoção das normas internacionais de auditoria é condição *sine qua non* para o sucesso da harmonização contábil. Ele alertou para duas normas importantes: a responsabilidade do auditor em relação a fraudes em uma auditoria das demonstrações contábeis e o relatório dos auditores independentes, já que haverá mudanças em 2010.

Os palestrantes Lino Martins da Silva, coordenador adjunto do curso de mestrado em Ciências Contábeis da UERJ, e Joaquim Liberalquino Ferreira, conselheiro do CFC, discorreram sobre o tema "Rumo ao novo modelo de contabilidade aplicado ao setor público". Lino centrou-se na importância de se fazer a separação entre transparência, que tem a ver com orçamento, e evidenciação, que se relaciona com patrimônio. "A contabilidade, na verdade, deve ser um instrumento para que a peça orçamentária tenha transparência. O que a contabilidade precisa é de evidenciação", afirmou Lino.

XXXXX foi o grande ganhador da moto XXX. Os contabilistas foram contemplados com vários prêmios sorteados por patrocinadores e parceiros do evento



Antonio Lopes de Sá falou sobre a ética na palestra que teve como moderadora Diva Gesualdi

Jucerja e EI

Paralelamente aos painéis citados acima, foram realizadas duas sessões de palestras simultâneas. Uma delas trazia como tema "Reduzindo exigências no Registro de Atos na Jucerja", com os palestrantes Helio Donin Junior, diretor da HC Donin Contabilidade, Rui Lessa Fonseca, funcionário da Jucerja, e João Bosco, representante do CRCRJ na Junta, e ainda contou com a presença na plateia do presidente da Jucerja, Carlos de La Rocque, que esclareceu dúvidas do público. Eles expuseram o que mudou com a implantação da filosofia empresarial e moralização dos procedimentos da Junta, deram diversas dicas de como evitar que os processos caiam em exigência e falaram, entre outros assuntos, sobre as vantagens do Registro Mercantil Integrado (Regin). O Regin oferece ao cidadão a possibilidade de realizar em um só lugar todo o processo de abertura da empresa, com acompanhamento do processo via Internet.

A outra sessão simultânea versava sobre o tema "Empreendedor individual". Quem conduziu a palestra que suscitou as mais aca-

Lula Vieira fez a palestra de encerramento da Concej



loradas discussões foi a vice-presidente do Sescon-RJ, Márcia Tavares. Ela destrinchou as vantagens do projeto e destacou: "O El não é obrigatório. Quem aderir e não gostar, pode sair". Márcia falou ainda sobre o trabalho feito pelo Sescon-RJ, que, de 20 de outubro de 2009 a 31 de agosto de 2010, tem programada a realização de 35 treinamentos sobre o tema em todo o estado.

NF-e, Sped e Simples Nacional

No último dia, os profissionais assistiram à palestra do consultor do Cenofisco, Gilberto Thadeu Alves, que falou sobre Nota Fiscal Eletrônica, Sped Fiscal, Sped Contábil e Simples Nacional no painel "Prestação de Serviços Contábeis: principais inovações legais e tecnológicas"; e foram brindados com a palestra do vice-presidente da Academia Brasileira de Ciências Contábeis, professor Antonio Lopes de Sá. O tema de sua exposição foi "Ética e responsabilidade do profissional contábil". O publicitário Lula Vieira proferiu a última palestra, cujo tema era "Aprenda a ser publicitário de você mesmo".

No encerramento, Antonio Miguel Fernandes, emocionado, agradeceu a presença de todos e fez uma homenagem especial ao chefe de gabinete Ruy Furtado, mais antigo funcionário do Conselho, com 45 de casa, que não pôde estar presente ao evento.

Evento Neutro

A 54ª Concerj foi um evento NEUTRO. Todas as emissões de gás carbônico decorrentes da realização do evento, inclusive o transporte dos participantes e palestrantes, serão recompensadas à natureza por meio do plantio de árvores.



Os delegados do CRCRJ foram responsáveis por 40% do público da 54ª Concerj

Demonstração de força e parceria

Os delegados representantes do CRCRJ pelo estado compareceram em peso à 54ª Concerj e foram responsáveis pela presença de 40% dos profissionais participantes. "O sucesso dessa convenção se deve, portanto, ao esforço e colaboração incondicional dos senhores", disse o vice-presidente do Interior, Claudio Vieira Santos, na reunião realizada com os delegados na sexta-feira, paralelamente aos painéis temáticos. Também presente, Antonio Miguel Fernandes aproveitou a ocasião para fazer um balanço de seus quatro anos de gestão e agradecer o apoio de todos, lembrando inclusive dos saudosos José Aleixo, de Resende, e Manoel Lauro de Matos, de Nova Iguaçu.

"Estamos iniciando um novo ciclo que depende de cada um de vocês, em sintonia com a Vice Presidência do Interior. Com o uso cada vez maior da Internet queremos reduzir o acesso à delegacia e fazer com que ela se torne um ponto de encontro dos profissionais, onde possam trocar ideias, experiências", disse Antonio

Miguel. Ele acrescentou que os delegados devem ter a "coragem" de denunciar o mau profissional, para que ele seja chamado a si e se eduque, ou, se for o caso, seja afastado. "Não podemos ser comparados com quem não presta profissionalmente."

Reiterando o tema do próprio evento, sobre as mudanças nas normas contábeis ao redor do mundo, o presidente falou sobre a importância de se manter atualizado, de buscar a constante especialização e o aperfeiçoamento profissional. "Para isso, contamos com uma ferramenta importantíssima: a TVCRC, que disponibiliza palestras, e através dela o Conselho irá oferecer cursos a distância gratuitos para os contabilistas", acrescentou.

A anfitriã Magda Medeiros agradeceu a escolha da cidade para sede do evento e disse se tratar de uma oportunidade única para os profissionais de Teresópolis de conhecerem a seriedade e o trabalho do CRCRJ. "Repetindo o que o Claudio já falou: os contabilistas têm uma visão do CRCRJ antes do evento e depois do evento", salientou a delegada.

Atenção e transparência devem ser palavras-chave

No cotidiano acelerado dos profissionais e dos escritórios, algumas exigências acabam passando despercebidas aos olhos dos contabilistas e resultando em irregularidades identificadas pela fiscalização. Para evitar tais eventualidades, veja as ocorrências mais encontradas.

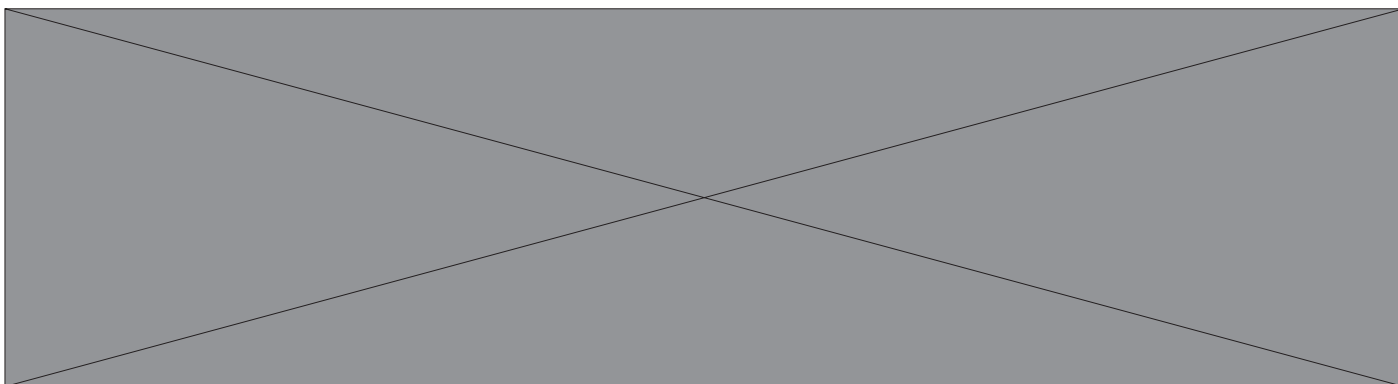
Na elaboração das demonstrações contábeis, os principais pontos que os contabilistas devem prestar atenção são a utilização de termos não existentes nas Normas Brasileiras – como “imobilizações técnicas”, “imobilizações financeiras”, “resultado pendente” e “lucros em suspenso” –; a falta de discriminação das contas que compõem o Ativo não circulante Imobilizado; a falta de destaque das depreciações acumuladas no Ativo não circulante Imobilizado; a utilização de designações genéricas ao destacar termos como contas correntes, diversas contas, devedores diversos, credores diversos, outras contas, etc.; e os valores correspondentes ao exercício anterior publicados antes do exercício atual para fins de comparabilidade.

O chefe do Departamento de Fiscalização do CRCRJ, Francisco de Freitas, explica que é preciso ter atenção aos detalhes exigidos. “São pequenas exigências que os profissionais conhecem, mas que, na correria, acabam não cumprindo. Outro exemplo é a conta ‘banco com movimento’ com saldo credor; que representa obrigação

para a empresa e, portanto, deve ser classificada no Passivo Circulante e não no Ativo Circulante.”

Na emissão da Declaração Comprobatória de Percepção de Rendimentos (Decore), os profissionais devem ter cuidado redobrado, uma vez que são detentores exclusivos do privilégio de emitir o documento. É importante cumprir à risca o que determina a Resolução CFC nº 872/2000, lembrando que uma Decore sem base em documentação hábil e legal é crime, previsto no Código Penal Art 299. A autenticação deverá ser feita através da utilização na 1ª via da etiqueta auto-adesiva DHP (Declaração de Habilitação Profissional). Lembramos que toda 2ª via de Decore, bem como sua documentação, deve ser guardada por cinco anos para prestação de contas à fiscalização, caso necessário.

O vice-presidente de Fiscalização do CRCRJ, Carlos Alberto do Nascimento, reafirma a necessidade de transparência. “Comete infração ao Decreto-lei nº 9295/46 e ao Código de Ética aquele que pratica irregularidades no exercício profissional, efetuando adulteração fraudulenta em documentos com o fim de favorecer clientes. Lembro também que os beneficiários das declarações em desacordo com a resolução CFC nº 872/2000 são solidariamente responsáveis pelo pagamento das multas fiscais”.



A responsabilidade de fiscalizar as contas públicas

Na Controladoria Geral do Município do Rio de Janeiro desde sua criação, em 1993, o contador Vinicius Costa Rocha Viana, nomeado controlador este ano, detalha um pouco de sua trajetória no setor público, onde já ocupou os cargos de auditor geral, coordenador de Auditoria, assessor especial e subcontrolador. Pós-graduado pela Fundação Getúlio Vargas nas áreas de Ciências Contábeis, Gestão Empresarial e Administração Pública, ele revela quais são os principais desafios da profissão e destaca as particularidades de um cargo público.



Desde 1993 em órgãos públicos, poderia fazer um balanço de tantos anos de experiência?

Vinicius Costa Rocha Viana – Nestes 16 anos de existência da Controladoria, da qual faço parte desde o início, posso citar alguns destaques: a realização de auditorias operacionais, de desempenho, de programas e em áreas específicas de folha de pagamento e de sistemas informatizados; o aprimoramento do sistema de planejamento das auditorias através da formulação de um planejamento estratégico baseado no risco, metodologia que possibilita o direcionamento dos esforços de Auditoria para as áreas mais relevantes considerando os riscos; e o exame da conformidade das despesas, que é feito através de uma área específica de análise preventiva.

Além disso, destaco a criação de sistema de informações gerenciais, fundamental por permitir aos usuários a análise da execução orçamentária da receita e despesa, o acompanhamento dessa execução e a tomada de decisões de forma ágil; a implantação de sistema de custos, que visa apurar informações acerca dos custos das operações da prefeitura em segmentos

específicos, como, por exemplo, Educação e Saúde; e a modernização do Sistema de Contabilidade e Execução Orçamentária – Fincon, que tem como objetivo registrar e evidenciar os eventos orçamentários, financeiros e patrimoniais. Em resumo, ao longo desse período a CGM instituiu um efetivo sistema de controle interno que estará sendo sempre avaliado e aprimorado continuamente.

Qual é o maior desafio a ser superado neste setor?

VCRV – No aspecto contábil, o momento atual sinaliza que a Contabilidade governamental está ocupando um espaço importante, considerando, em especial, a

edição das Normas Contábeis Aplicadas ao Setor Público – NBCT 16 e a convergência dessas Normas às Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, até 2012. Isso gera um cenário bastante desafiador para a contabilidade governamental pois será necessário um processo de atualização do conhecimento dos profissionais e também a adaptação e integração dos sistemas informatizados nos prazos estabelecidos.

No aspecto global do Controle Interno, entendo que há um campo a ser explorado no que se refere à apresentação de informações à sociedade. O desafio reside em fornecer informações que sejam compreensíveis, úteis e tempestivas aos cidadãos, para que possam auxiliá-los no exercício do controle social. É um desafio para um órgão de controle interno ser percebido positivamente pela sociedade como atuante no zelo à aplicação dos recursos públicos.

A administração atual tem a meta de colocar a cidade em ordem, coibindo irregularidades. Como fazer isso com as contas públicas?

“É um desafio para um órgão de controle interno ser percebido positivamente pela sociedade”

VCRV – Desde a sua criação, em 1993, a Controladoria Geral tem como propósito aperfeiçoar continuamente o sistema de controle da Prefeitura. O exercício do controle interno não é de responsabilidade única da Controladoria Geral, mas de todos os gestores e servidores que precisam desenvolver procedimentos de controle. Por isso, a Controladoria Geral auxilia aos gestores na atuação em consonância com a legalidade e com boas práticas administrativas através de duas frentes: orientação e atuação preventiva. A orientação se dá através da capacitação dos gestores em temas relativos ao controle interno, bem como no auxílio à implementação de recomendações emitidas pela Auditoria. A atuação preventiva é feita mediante análise prévia ao empenhamento de despesas selecionadas, bem como através do Sistema Fincon. Esse sistema possui regras de controles que possibilitam o autocontrole das operações. Como exemplo, posso citar a parametrização da Lei 8.666/93, o controle da execução dos contratos de despesas e receitas e respectivas execuções, além das interfaces com os principais sistemas corporativos da PCRJ, como o de Folha de Pagamento, Orçamento, Tesouro e Arrecadação.

É importante destacar que as contas da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro cumprem os limites legais estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

Quais são os entraves da fiscalização em uma cidade do porte do Rio de Janeiro?

VCRV – Acho que a magnitude dessa cidade. A prefeitura possui um dos mais representativos orçamentos do país, maior até que o da maioria dos estados. Isso faz com a atuação da Prefeitura seja muito abrangente. Os processos de trabalho, por conta do volume de serviços que são executados pelos órgãos e entidades municipais, são bastante diversificados, heterogêneos e complexos.

Ainda por conta da abrangência de sua atuação, existe uma grande diversidade do nível de execução e controle dos serviços da Prefeitura. Isso também interfere na extensão de nossas análises. Por isso, como já disse antes, a Controladoria Geral vem trabalhando há cinco anos em planejamen-

to baseado em matriz de risco. Essa ferramenta nos ajuda a otimizar nossos recursos humanos, direcionando nossa atuação para os processos mais relevantes.

Qual é a sua opinião sobre a relevância do treinamento e da atualização dos profissionais contábeis?

VCRV – A atuação da Controladoria depende exclusivamente da qualidade dos serviços que executa, proveniente do co-

“Na área pública, não recebemos como recompensa participações em lucros, dividendos e bonificações, mas sim a oportunidade de auxiliar os gestores na aplicação dos recursos públicos”

nhecimento técnico de seus servidores, e por isso o treinamento frequente e regular de seu quadro técnico sempre foi uma de nossas diretrizes. Dessa forma, atualizamos o conhecimento dos nossos profissionais para o constante aprimoramento das tarefas e para as modificações nos procedimentos que norteiam nossos trabalhos. Nos últimos cinco anos, por exemplo, 120 servidores de nosso quadro tiveram a oportunidade de realizar uma pós-graduação na área de Controladoria Pública, e já formamos oito mestres em contabilidade através de convênio firmado entre a Controladoria Geral e a Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

De forma geral, entendo que os contabilistas precisam buscar o aprimoramento contínuo dos seus conhecimentos, pois as atividades por nós desenvolvidas são fortemente impactadas pelas constantes alterações na legislação, o que requer intensa atualização profissional.

Qual é o papel dos contabilistas no estímulo ao desenvolvimento?.

VCRV – O foco da atuação do profissional de contabilidade nas áreas pública e privada torna-se mais relevante na medida em que se desloca de mero escriturador de atos e fatos para um agente fundamental no auxílio ao processo decisório organizacional. Por ser um profundo conhecedor dos negócios da organização e do seu processo de gestão, o contabilista tem possibilidade de analisar e interpretar as informações contábeis, projetar cenários e planejar ações que visem contribuir para o alcance dos objetivos organizacionais e para sua continuidade. Sendo sustentáveis, as empresas geram mais empregos, diminuindo a desigualdade social, e contribuem para o crescimento da economia nacional. Por sua vez, quando o Estado cumpre seu papel, a sociedade se desenvolve. Por participar desse processo, tanto na esfera pública como privada, o profissional de contabilidade assume importante papel no desenvolvimento da nação.

Qual é a mensagem que gostaria de passar para os contabilistas que almejam trabalhar em um órgão público?

VCRV – Ingressei na Controladoria Geral em 1993, no ano de sua criação, tendo atuado até então na iniciativa privada. O que mais me motiva na área pública é que, apesar de o controle interno ser uma atividade-meio, o cidadão carioca é o nosso cliente mais importante. É a ele que dedicamos nosso esforço, porque acreditamos que, através do exercício da Contabilidade, da Auditoria e do Controle Interno, desempenhamos um papel importante: contribuir, através de nossas ações, para a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos de nossa cidade.

Na área pública, não recebemos como recompensa participações em lucros, dividendos ou bonificações, mas sim, a oportunidade de auxiliar os gestores na aplicação dos recursos públicos com efetividade, a fim de atender às necessidades da população. O caráter social dessa atuação faz com que a carreira de servidor público seja muito gratificante. Que sejam bem-vindos.

CENOFISCO

Profissionais exercem seu papel social

Com a finalidade de estimular a prática cidadã e o espírito de responsabilidade social entre os profissionais, o CRCRJ aderiu ao Programa de Voluntariado da Classe Contábil (PVCC), promovido pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). O projeto é uma oportunidade para que os contabilistas exerçam seu papel social, atuando diretamente em ações para o combate a irregularidades e para a correta destinação das verbas de iniciativas sociais.

Um dos projetos institucionais desenvolvidos no Programa de Voluntariado e que está ganhando cada vez mais adeptos no Estado do Rio é o da Gestão Eficiente da Merenda Escolar. Nele, os profissionais de contabilidade atuarão no apoio ao trabalho do Conselho de Alimentação Escolar (CAE) em sua respectiva cidade, oferecendo seu conhecimento técnico aos membros dos comitês municipais e se posicionando como um "fiscal" das atividades financeiras.

Fotos: Reynaldo Dias



Apesar de estar presente na maioria dos municípios brasileiros, apenas em poucos deles a população tem consciência das ações do CAE, que age em parceria com o grupo Ação Fome Zero. A existência deste órgão fiscalizador da merenda escolar é uma das exigências para que as prefeituras possam receber os recursos do Programa Nacional de Alimentação Escolar, que tem o objetivo de suprir as necessidades nutricionais dos alunos, contribuindo para sua melhor aprendizagem e favorecendo a formação de bons hábitos alimentares. "Contamos com a adesão dos profissionais de nosso estado para garantirmos que essa iniciativa tão importante seja bem-sucedida. Em alguns casos, a merenda é a única refeição do aluno durante todo o dia", enfatiza a vice-presidente de Pesquisa e Desenvolvimento Profissional, Diva Gesualdi.

Como participar

Estudantes e contabilistas em situação regular com o Conselho podem ser voluntários. Os interessados devem procurar o CRCRJ em sua sede ou em suas delegacias, para que este comunique a respectiva prefeitura sobre o interesse do profissional em participar das atividades do CAE municipal. Cada voluntário assinará um termo de adesão ao Programa e receberá uma cartilha com orientações para suas atividades.

Faça as contas

Fortes AC Pessoal
Fortes AC Fiscal
Fortes AC Contábil

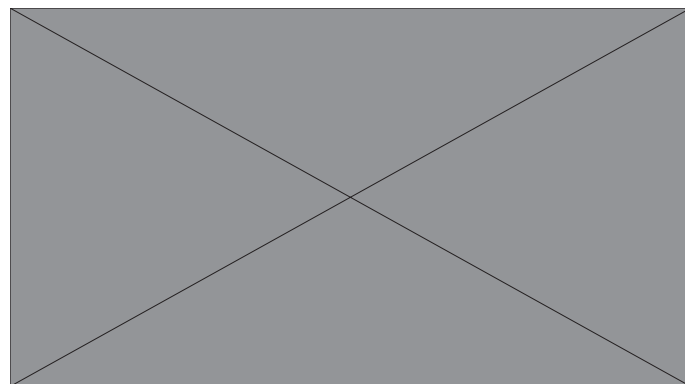
(+) Agilidade
(-) Trabalho
(=) Produtividade

Contempla o SPED

Há mais de 20 anos somando forças com soluções em softwares contábeis.

OCF la formátora FORTES

(21) 3289.8963 - www.ocf.com.br



Quebrando barreiras: emerge uma nova Contabilidade Governamental Brasileira

* Robson Oliveira Ramos

Os manuais sempre fizeram parte de nosso cotidiano. Precisamos deles para operar as novas tecnologias, para executar as tarefas nas organizações em que trabalhamos, entre outras atividades. Diante desse cenário, eis que surge o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), elaborado pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN).

A questão que se pretende levantar, no entanto, é a de que, nem sempre, ao ler um manual, aprendemos, como num toque de mágica, a executar trabalhos sem dúvidas, sem erros, sem auxílio de colegas. Nesse contexto, será que o MCASP conseguirá informar, atualizar e desconstruir o arcabouço teórico e prático adquirido, na labuta diária dos contadores governamentais? Possivelmente, não. O objetivo aqui não é menosprezar o MCASP. Muito pelo contrário, o que se pretende é chamar atenção para o fato de que todo processo de mudança é irreversível, pois podemos deixar de fazer algo que sabíamos e partir para um novo método sem conseguirmos atingir a plenitude da mudança.

Difícil será mudar, na área pública, uma cultura contábil alicerçada na gestão orçamentária. Daí a necessidade de formar uma rede, composta pelo sistema CFC/CRCs, universidades, órgãos de contabilidade governamental, representantes da sociedade civil, entre outros, visando à realização de

eventos, a fim de discutir e disseminar as novas práticas contábeis aplicáveis ao setor público. Essas iniciativas já têm ocorrido com a finalidade de diminuir as distâncias técnicas e procedimentais entre o modo de se fazer contabilidade nos setores público e privado.

Tal processo teve seu surgimento no setor privado, com o advento de normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, da Lei 11638/07, da MP 449/08 e da Lei 11941/09. Mas logo foi implantado na área governamental, com a edição das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público – NBCASP, de autoria do CFC e do MCASP. Quanto aos sistemas contábeis dos países, Benito e Alijarde (2004) e Revedo (2008) os classificaram em três grandes agrupamentos: baixo, de médio a alto, e alto.

Os países que possuem sistemas contábeis com baixo nível de desenvolvimento adotam Regime de Caixa para escriturar suas despesas e receitas; priorizam informações orçamentárias; e restringem suas Demonstrações Contábeis a demonstrações da execução orçamentária e de fluxo de caixa. Já os países de médio a alto nível adotam Regime de Competência modificado para o reconhecimento de despesas e receitas; consideram a informação orçamentária um dado importante e diretamente vinculado à contabilidade; e apresentam, em sua maioria, estrutura conceitual para a con-

tabilidade governamental e para as normas, embora específicas, cada vez mais próximas das do setor privado.

Por último, os países com alto nível de desenvolvimento adotam Regime de Competência para o reconhecimento das despesas e receitas; desvinculam a Contabilidade da informação orçamentária; apresentam informações não financeiras em suas Demonstrações Contábeis; possuem forte influência dos órgãos profissionais contábeis; têm como objetivo demonstrar informações que permitam conhecimento em economia, eficiência e efetividade no provimento de serviços; e desenvolvem seus sistemas de contabilidade no sentido de melhorar o gerenciamento das administrações públicas.

No caso do Brasil, ações vêm sendo realizadas visando a atingir um sistema contábil de alto nível de desenvolvimento. Para tanto, o país conta com a NBCASP e o MCASP e, principalmente, com o diálogo entre os órgãos de classe, universidades e contadores governamentais, de modo a mitigar as ações — dissipando o paradigma da contabilidade baseada na execução orçamentária e partindo, assim, para um que ilumine a essência teórica de uma contabilidade, eminentemente, universal.

* Robson Ramos Oliveira

Mestre em Ciências Contábeis, coordenador de Auditoria na AGE-RJ, professor da FABES



Organização de Arquivos e Guarda de Documentos. Microfilmagem e Digitalização

A Gestão Documental que sua empresa necessita !











Excelência em Informação

21 2240 4845 | www.promemoria.com.br

Manual traz normas para o setor público

O Tesouro Nacional publicou em seu site — www.tesouro.fazenda.gov.br —, no último dia 20 de agosto, uma avaliação sobre a segunda edição do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP). O conteúdo deste reúne normas gerais para atender ao disposto no parágrafo 2º, do art. 50 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, emitidas pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN) com o objetivo de padronizar procedimentos para a consolidação das contas públicas e apresentar entendimentos gerais sobre os procedimentos contábeis nos três níveis de governo.

Na avaliação, destaca-se que o material faz parte das ações da Secretaria do Tesouro Nacional que se apresenta em consonância com as “Orientações Estratégicas para a Contabilidade aplicada ao Setor Público no Brasil”, documento elaborado pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) com vistas à convergência aos padrões internacionais de contabilidade aplicados ao setor público; à implementação de procedimentos e práticas contábeis que permitam o reconhecimento, a mensuração, a avaliação e a evidência dos elementos que integram o patrimônio público; à implantação de sistema de custos no âmbito do setor público brasileiro; à melhoria das informações que integram as Demonstrações Contábeis

e os Relatórios necessários à consolidação das contas nacionais; e, além disso, visa possibilitar a avaliação do impacto das políticas públicas e da gestão, nas dimensões social, econômica e fiscal, segundo aspectos relacionados à variação patrimonial.

O manual estabelece três grandes diretrizes estratégicas, desdobradas em macroobjetivos, que contribuem para o desenvolvimento da Contabilidade Aplicada ao Setor Público, cujas implantações deverão ocorrer a partir da celebração de parcerias entre o Conselho Federal de Contabilidade e instituições que atuam, de forma direta ou indireta, com a Contabilidade aplicada ao Setor Público.

As três diretrizes principais são:

- 1 - Promover o Desenvolvimento Conceitual da Contabilidade Aplicada ao Setor Público no Brasil.
- 2 - Estimular a Convergência às Normas Internacionais de Contabilidade aplicadas ao Setor Público (IPSAS).
- 3 - Fortalecer institucionalmente a Contabilidade Aplicada ao Setor Público.



Fundação Rotária

A participação da mulher na sociedade

Inúmeras mulheres foram notáveis na História da humanidade pela prestação de serviços voluntários, empregando suas habilidades e competências profissionais. Esse contingente cresce a cada dia. Por exemplo, dentre 1.218.674 Rotarianos associados a 33.608 Rotary Clubs espalhados por 211 países e regiões geográficas, 195.979 são do sexo feminino, o que equivale a 16% do total. No Brasil esses números são ainda mais expressivos, chegando à casa dos 20%, com 10.169 mulheres profissionais, dentre 52.821 Rotarianos filiados a 2.324 Rotary Clubs atuantes no território nacional.

Os dados poderão ser ainda mais significativos no sentido do equilíbrio entre homens e mulheres profissionais que dedicam parte de seu tempo, energia e competência na prestação de serviços voluntários. Por exemplo, na medida em que as contabilistas se aproximem de clubes de serviços, como os Rotary Clubs, e se façam reconhecidas como líderes que são em suas atividades e segmentos de trabalho e, assim, sejam convidadas a ingressar na unidade mais próxima de seu domicílio ou local de trabalho.

Para localizar o Rotary Club mais próximo de você e descobrir a importância da mulher nessa organização visite www.rotarytijuca.com.br > links > Rotary International Brazil Office.

**Joper Padrão do Espírito Santo
Governador 2001-02 do Distrito 4570 do
Rotary International**

Unipeç-RJ União dos Profissionais e Escritórios de Contabilidade do Estado do Rio de Janeiro

A necessidade de descontração

Temos uma grande responsabilidade que pesa sobre os ombros. Seja à frente do nosso escritório, seja dirigindo ou apoiando o departamento contábil de uma empresa, seja assumindo responsabilidades perante a classe.

Para lidar com todo este dispêndio de energia mental, precisamos estar sempre com nossas baterias carregadas de disposição, paciência, calma, tranquilidade e muita sabedoria. Por este motivo, precisamos ter uma atitude diferente na vida social, buscando atividades alegres e descontraídas para liberar o estresse e acumular novas energias, tais como dança, fazer exercícios físicos, passeios a lugares alegres, conversa com os amigos (sem falar de contabilidade), cinema, teatro, etc.

A leitura também é outro aliado, desde que não seja assunto profissional. Música alegre também descontraí liberando a mente e dando novas energias. Cada um tem o seu estilo e suas preferências. O importante é se desligar das atividades rotineiras e mergulhar profundamente em um outro mundo, irrigando novas áreas do cérebro e abrindo o coração.

Ana Lucia Simas • Presidente – Unipeç-RJ

Sescon-RJ Sindicato das Empresas de Serviços Contábeis, Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas do Estado do Rio de Janeiro

Vencimento da 2ª parcela de Contribuição Assistencial Patronal será em dezembro

Em 10 de outubro, venceu a primeira parcela da Contribuição Assistencial ano 2009 (patronal). As empresas/escritórios que não receberam até o dia 5 de outubro a referida guia pelo Correio poderão retirá-la no site do Sescon-RJ — www.sescon-rj.org.br. O vencimento da segunda parcela será em 10 de dezembro. Para a primeira parcela, o valor recolhido foi de 2% do valor bruto da folha de pagamento do mês de setembro/2009. Já para a segunda parcela, o valor a ser recolhido será de 2% do valor bruto da folha de pagamento do mês de novembro/2009.

Os contadores e contabilistas devem observar se sua empresa/escritório tem algum cliente que se encaixe nas atividades representadas pelo Sescon-RJ, para o recolhimento da Contribuição Assistencial Patronal, sendo elas: Empresa e Escritório de Assessoria e Assistência; de Perícias e Avaliações; de Consultoria; de Administração; de Organização e Coordenação; de Serviços. Além de Associações, Clubes, Entidades Cooperativas; Sociedade de Advogados; Agências de Informações e Pesquisas; Holdings Societárias e Fundos Mútuos. A lista completa, descrevendo todos que podem ser enquadrados, está no site do Sescon-RJ.

Vale destacar que o Sescon-RJ também representa as empresas que desempenham as atividades de Assessoramento, Perícia, Informação e Pesquisa situadas fora do Município do Rio de Janeiro. Contudo, alguns municípios pertencem à base territorial do Sescon-Sul Fluminense, são eles: Barra Mansa, Resende, Itaiaia, Quatis, Volta Redonda, Rio Claro, Parati, Angra dos Reis, Pirai, Barra do Pirai, Mendes, Engenheiro Paulo de Frontin, Vassouras, Valença, Rio das Flores, Miguel Pereira, Paty do Alferes, Pinheiral e Porto Real.

Sindicont-Rio Sindicato dos Contabilistas do Município do Rio de Janeiro

Luz e vitória na história do sindicato

A presidente Vitória Maria da Silva, ao discursar na festa do 93º aniversário do Sindicato dos Contabilistas do Município do Rio de Janeiro, fez uma breve retrospectiva e ressaltou a criação do Comitê Jovem como um marco da sua gestão.

Neste ano de 2009, nas comemorações do 93º aniversário do Sindicont-Rio, três profissionais foram homenageadas: Celina Coutinho, conselheira do CRC-SP; Sílvia Mara Leite Cavalcante, vice-presidente do CFC; e Maria Clara Cavalcante Bugarim, presidente do CFC, pelo grande trabalho e dedicação que sempre desenvolveram no Projeto Mulher Contabilista.

A presidente do CFC, ao fazer um histórico dos 93 anos de trajetória do Sindicont-Rio, lembrou que ele nasceu sob os cuidados do guarda-livros Cornélio Marcondes da Luz e, hoje, comemora 93 anos sob a presidência da contadora Vitória Maria da Silva: "Luz e Vitória marcam a história do Sindicato", concluiu Maria Clara Bugarim.

CENOFISCO

CENOFISCO

Retenção dos 11% para a seguridade social

(continuação do Boletim da edição nº 2 da Revista do CRCRJ)

18. Compensação

O art. 203 da IN nº 3/05 estabelece que a empresa prestadora de serviços que sofreu retenção no ato da quitação da nota fiscal, da fatura ou do recibo de prestação de serviços poderá compensar o valor retido por ocasião do recolhimento das contribuições devidas à Previdência Social, desde que a retenção esteja destacada na nota fiscal, na fatura ou no recibo de prestação de serviços.

Se a retenção não tiver sido destacada na nota fiscal, na fatura ou no recibo de prestação de serviços, a empresa contratada poderá efetuar a compensação do valor retido, desde que a contratante tenha efetuado o recolhimento desse valor:

A compensação da retenção somente poderá ser efetuada com as contribuições devidas à Previdência Social, não podendo absorver contribuições destinadas a outras entidades e fundos, as quais deverão ser recolhidas integralmente pelo sujeito passivo.

Para fins de recolhimento e de compensação da importância retida, será considerada como competência aquela que corresponder à data da emissão da nota fiscal, da fatura ou do recibo de prestação de serviços.

Os valores retidos no mês de dezembro poderão ser compensados com as contribuições devidas em decorrência do pagamento do 13º salário.

Caberá a compensação dos valores retidos em recolhimento efetuado em atraso, desde que o valor retido seja da mesma competência do pagamento das contribuições.

A compensação do valor retido deverá ser feita no documento de arrecadação do estabelecimento da empresa que sofreu a retenção, sendo vedada a compensação em documento de arrecadação referente a outro estabelecimento.

18.1. Compensação - Obra de construção civil

A empresa contratada para execução de obra de construção civil, mediante empreitada total, compensará o valor eventualmente retido, em documento de arrecadação identificado com a matrícula CEI da obra para a qual foi efetuado o faturamento, vedada a compensação em documento de arrecadação referente a outra obra.

No caso de obra de construção civil, é admitida a compensação de saldo de retenção com as contribuições referentes ao estabelecimento responsável pelo faturamento da obra.

18.2. Impossibilidade de compensação integral

Na impossibilidade de haver compensação integral da retenção ou não ter sido efetuada a compensação na própria competência, o crédito em favor da empresa prestadora de serviços poderá ser compensado nas competências subseqüentes, ou ser objeto de pedido de restituição.

Caso a opção seja pela compensação em competências subseqüentes, o crédito em favor da empresa prestadora de serviços, acrescido de juros, não está sujeito ao limite de 30%, estabelecido no art. 194 da IN nº 3/05, observadas as condições previstas no art. 203 da IN nº 3/05.

O disposto anteriormente é aplicável à compensação de valores retidos a partir de 1º/2/99, data da vigência do art. 31 da Lei nº 8.212/91, com a redação da Lei nº 9.711/98, observado o disposto no inciso V do art. 193 da IN nº 3/05.

19. Restituição

O sujeito passivo, caso não opte pela compensação dos valores retidos, ou, se após a compensação, restar saldo em seu favor; poderá requerer a restituição do valor não compensado, observando o disposto nos in-

anúncio
Cenofisco

cisos II a IV do art. 198 da IN nº 3/05.

O pedido de restituição de valores retidos será formalizado com a protocolização de requerimento em qualquer UARP da DRP circunscricionante do estabelecimento centralizador da empresa ou, quando estiver disponível, pela internet.

19.1. Documentos necessários para o processo de restituição

Os documentos necessários à instrução do processo de restituição da retenção são os seguintes:

I - Requerimento de Restituição da Retenção (RRR),

conforme formulário constante do Anexo VIII da IN nº 3/05, disponível na internet no site www.previdencia-social.gov.br;

II - original e cópia do contrato social e última alteração contratual que identifique os responsáveis pela administração ou pela gerência da sociedade, ou estatuto social e ata em que conste a atual diretoria da sociedade ou associação, ou o registro de firma individual ou de empresário individual, assim considerado pelo art. 931 da Lei nº 10.406/02 (Código Civil), conforme o caso;

Continua no próximo Boletim

Dicas de Qualidade & Gestão

Foco no Cliente

- Quem define a qualidade do nosso produto é o cliente.
- Há clientes externos: os que compram nossos produtos.
- E há os que recebem o que os outros colegas lhes fornecem dentro da empresa que são os Clientes Internos.

O que é CTC?

Comprometimento Total com o Cliente é tudo que se faz com a equipe e com amor, durante a realização de um produto/serviço para satisfazer as necessidades do cliente.

Consiste em cinco requisitos básicos, para:

- 1 – Averiguar exatamente o que o cliente quer;
- 2 – Verificar se o produto/serviço está conforme solicitado;
- 3 – Detectar os desvios (erros).
- 4 – Eliminar as causas dos desvios.
- 5 – Verificar a eficácia das ações.

Isto para manter o cliente Encantado e conseqüentemente a empregabilidade da equipe.

I – Tipos de Qualidades

Assim, para a qualidade ser completa ela tem que ser PLENA, ou seja, todos têm que estar envolvido: gerente, engenheiro, operador, secretária... TODOS MESMO!

...Pra ser completa a qualidade tem de ser PROPRIETARIA! Temos que nos orgulhar da qualidade dos produtos/serviços que fazemos!

I.1 – Qualidade Plena:

Deve abranger tudo o que todos fazem na Empresa!

I.2 – Qualidade proprietária:

Assumida como própria por todas as pessoas que fazem parte da Empresa!

E a Qualidade também tem que ser PREVENTIVA, pois, quando você descobre o defeito, o produto já era! Então, o

negocio é prevenir!

I.3 – Qualidade Preventiva:

Evitar antecipadamente desvios dos produtos/serviços com relação aos requisitos dos clientes.

Então a busca pela qualidade necessária termina quando ela atinge a satisfação do cliente, não é?

ERRADO, essa busca não acaba nunca. A preocupação com a qualidade tem de ser Permanente, coisa de todo dia, toda hora!

I.4 – Qualidade Permanente:

Incorpora-se ao comportamento do dia-a-dia, e melhor, dever ser continua.

Mas e quando a qualidade dos produtos ficar perfeita?

A qualidade para ser completa precisa ser progressiva!

Devemos sempre melhorar cada vez MAIS!!

I.5 – Qualidade Progressiva:

Requerendo o continuo aperfeiçoamento.

Sempre haverá algo para se aperfeiçoar, então, devemos prosseguir e nunca retroceder. A qualidade é como uma escada sem fim, sempre deve-se seguir ao patamar da perfeição!!

Para atingir a perfeição temos que dar ao cliente exatamente que ele pediu!

I.6 – Zero Erro:

As pessoas não erram porque querem, mas porque pensam que um erro não faz mal...

Isso é errado!!

Um erro é um erro e não deve acontecer!

“Lembre-se: A tolerância é a muleta dos incompetentes!”

“Competência é não errar”

Autor: Geraldo Luiz Kalkman

CENOFISCO

CENOFISCO